

Legislativo disciplinará abatedouro

O Plano de Implantação e Fiscalização de Abatedouros, que está em fase final de elaboração pela comissão instituída no âmbito da Secretaria de Agricultura, será uma das primeiras matérias de pauta de votação da Câmara Legislativa. O documento, a ser entregue ao governador Wanderley Vallim até o dia 20 próximo, disciplinará regionalmente a construção dos locais de abate, que poderão ter uma demanda mínima diária de dez animais, segundo proposta dos membros da comissão.

Os deputados distritais deverão apreciar, provavelmente em janeiro próximo, a proposta que está sendo discutida no Executivo e que propõe a criação de mecanismos que inibam o surgimento de abatedouros irregulares em todo o DF. A inovação é a estréia do Legislativo como órgão de fiscalização de matérias oriundas do Palácio do Buriti e a opção do governador em remeter a matéria ao Legislativo mesmo podendo definir tal regimento nos últimos dias de sua gestão.

A principal característica do plano da comissão é a perspectiva de construção de matadouros de pequeno porte, possibilitando até aqui vetada pelo Ministério da Agricultura, que controla desde 1971 esse setor em todo o território nacional. Com a regionalização da estrutura de abate, a Secretaria de Agricultura está recebendo pedidos para a abertura de empresas, principalmente de abatedouros fechados há 20 anos quando o controle passou a ser federalizado.

Os membros da comissão entregarão ao governador Vallim um estudo que contempla também a reestruturação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova), com o propósito de adequar o órgão a uma vigilância mais eficaz. Os técnicos da Secretaria de Agricultura receberam delegação especial de poderes do Governo Federal para colher subsídios nos dois abatedouros que se encontram em funcionamento. A idéia é ter em mãos informações suficientes que ga-

rantam a fiscalização das novas empresas que se instalarão na cidade.

Informações preliminares indicam que o órgão já recebeu solicitação de oito fazendeiros da região, que pretendem instalar um abatedouro. Na proposta elaborada agora, o Dipova acompanhará e orientará a construção dessas unidades, obedecendo normas técnicas, e fiscalizará seu funcionamento. Atualmente, trabalham na secretaria um veterinário e seis auxiliares de inspeção. Os membros da comissão avaliam que será necessário a contratação de outros dez veterinários e 30 assistentes. Finalizado os estudos no Executivo e concluído o processo de votação, faltará a apreciação da Sematec quanto aos locais permitidos para funcionamento dos abatedouros, que poderão funcionar em todas as regiões administrativas do DF, mas em locais distantes de nascentes de água e córregos que abasteçam núcleos populacionais.